

Política de ordenamento turístico e de transportes deste Governo é um desastre

Declaração Política | António Lima

Vive-se hoje no continente um clima de euforia nos sectores económicos ligados ao turismo, pelo facto das condições sanitárias permitirem a chegada a Portugal de milhares de turistas, principalmente britânicos.

Desejamos que esta boa nova se mantenha e desenvolva para a Madeira e Açores, pois isso representaria o ressurgir de um sector importante da nossa economia e o crescimento do emprego perdido.

Como sempre defendemos, o turismo tem hoje e deverá ter no futuro, papel como um vector importante da nossa economia.

Mas este vector pode, deve e tem de ser um sector que tenha a sustentabilidade como pedra central.

Quando em 2010 o anterior governo propôs a este parlamento a suspensão parcial do POTRAA, fê-lo usando para esse desiderato justificações plausíveis, mas que de facto, como provam estes últimos onze anos, tiveram como verdadeira intenção introduzir a lei da selva na construção imobiliária neste sector.

O tempo provou que o anterior governo não queria estar sujeito a uma lei que ordenava e planeava a ocupação do território.

A mesma linha de atuação segue e aprofunda este governo, utilizando até à exaustão a via aberta pelos seus antecessores.

Desculpando-se dia sim dia não por ainda não ter tido tempo para resolver problemas, encontra sempre tempo para despachar autorizações para construção de hotéis.

Em seis meses de governação já aprovou mais 1.000 camas.

Nalguns pontos da costa norte de S. Miguel já existem petições a dizer basta a este ataque ao território e ao ambiente, como existiram no passado contra outros atentados que se preparavam para a costa sul.

Estes projectos, alguns de envergadura inusitada, têm não só autorização de construção mas também saem bem nutridos com o belo cheque de apoios públicos.

Quando é que acaba este regabofe que só serve para destruir o nosso património ambiental?

Esta anarquia organizada, que pretende dar uma ideia de desenvolvimento, de crescimento e de eficácia serve esconder que este governo só apoia os sectores económicos de baixo perfil.

Está anunciado o desastre em matéria de ordenamento do território, com a fanfarra a animar a festa do PSD, CDS e PPM acompanhados pelo CHEGA e Iniciativa liberal.

Os açorianos e açorianas que ouvem juras ao turismo de natureza e sustentável, terão como herança os elefantes brancos que normalmente são deixados por aqueles que defendem que a livre iniciativa não pode ter limites e que a natureza aguenta tudo.

Ainda assim tentam ensinar-nos, sem se rir, que isto não é ideologia.

Ligada ao turismo, deveria estar também uma política de transportes acertada, que não faça dos residentes os parentes pobres, por um lado, e que por outro preserve meios estratégicos como a SATA.

Neste capítulo, o que temos assistido é a uma trapalhada nos documentos escritos e nas intervenções públicas do governo que revela incapacidade para encontrar um caminho.

Em meados de Abril ficamos saber pelos jornais e restante comunicação social que o Vice - Presidente do governo tinha imposto a suspensão da discussão da proposta de obrigações de serviço público interilhas, desenvolvida pelo director regional dos transportes sob a orientação do secretário da tutela

Não cabe ao Bloco de Esquerda preocupar-se com a solidez e saúde da coligação ou com a organização do governo e muito menos tratar de arranjar qualquer terapia para as suas maleitas.

Mas preocupa-nos que questões vitais para a mobilidade dos açorianos e açorianas sejam tratadas desta forma. É sinal de pouco profissionalismo e de guerras entre poderes. Poderes estes que se sobrepõem ao interesse público.

Ainda nos transportes, mas agora nas ligações ao exterior, exige-se da parte do Secretário da tutela explicações sobre as matérias que, segundo anunciou, deveriam ter tido a sua negociação com o governo da república concluída em Abril.

Refiro-me concretamente ao problema das rotas para o Pico, Faial e Santa Maria, rotas essenciais de serviço público

Sabemos que estas rotas têm de ter a devida compensação à SATA. Resta saber o que disse o governo da República sobre este assunto.

Outras questões ligadas aos transportes exigem também uma resposta clara.

No que respeita às obrigações de serviço público de carga aérea entre a Região e o continente, não se conhecem quaisquer diligências por parte deste governo.

Todos sabemos que a lei diz que esta é uma responsabilidade do Governo da República. Mas a pergunta que se coloca é: o que fez o governo regional sobre esta matéria tão importante para a nossa economia?

É igualmente importante saber qual o pensamento do governo regional sobre os encaminhamentos.

Vamos continuar, quando a economia abrir e o turismo voltar, a ter filas de residentes para apanhar o avião, andando estes cheios de encaminhamentos gratuitos? Ou as críticas passadas dos atuais partidos do governo à falta de lugares na SATA eram apenas oportunismo político?

Continuaremos a ter distribuição de turistas pela SATA Açores a preços de saldo, continuando o afundar da SATA enquanto o sector do turismo prospera?

Um governo que faz da transparência e clareza suas grandes bandeiras não pode deixar o parlamento completamente às escuras sobre estas matérias.

Acresce a isso que a menos de 10 dias da entrada em vigor em vigor da nova tarifa a 60 euros, agências de viagem e a própria SATA, isto é, os intervenientes para a concretização desta medida, nada sabem como ela se vai processar.

Podemos ainda concluir que nas negociações para as novas obrigações de serviço público não foi contemplada esta alteração de preços.

Se assim foi é mais uma acha para a fogueira da SATA agora ateadada por este governo.

Será que o governo regional tem alguma explicação para estas muitas trapalhadas que esta minha intervenção colocou a claro?

Com estas interrogações só queremos ajudar o governo a cumprir o princípio da transparência que insistentemente reafirma.

Este governo quer deixar andar ao sabor dos ventos o crescimento imobiliário ligado ao turismo, para que cresça exponencialmente, sabendo que isso destruirá o que torna os Açores únicos.

E ao mesmo tempo deixa os transportes ao sabor dos conflitos dos poderes internos que impedem qualquer política consistente na área.

Assim, e com este governo, no fim, perdem os Açores.

Horta, 20 de maio de 2021